



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIA APLICADAS DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO
SOCIAL

PHALLOMA OLIVEIRA TORRES

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: SEUS REFLEXOS PARA A CLASSE
TRABALHADORA E SUAS PARTICULARIDADES NO BRASIL.

CAMPINA GRANDE-PB
2017

PHALLOMA OLIVEIRA TORRES

**A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: SEUS REFLEXOS PARA A CLASSE
TRABALHADORA E SUAS PARTICULARIDADES NO BRASIL.**

Trabalho de Conclusão de curso
submetido ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Estadual da
Paraíba - UEPB, como requisito parcial à
obtenção do título de bacharel em Serviço
Social.

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Moema Amélia
Serpa Lopes de Souza.

**CAMPINA GRANDE-PB
2017**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

T689p Torres, Phalloma Oliveira
A Precarização do Trabalho [manuscrito] : Seus reflexos para a classe trabalhadora e suas particularidades no Brasil / Phalloma Oliveira Torres. - 2017.
25 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2017.

"Orientação: Profa. Dra. Moema Amélia Serpa Lopes de Souza, Departamento de Serviço Social".

1. Crise Capitalista. 2. Mercado de trabalho. 3. Precarização do trabalho. 4. Classe trabalhadora. 5. Crise no mercado de trabalho. I. Título.

21. ed. CDD 331.12

PHALLOMA OLIVEIRA TORRES

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: SEUS REFLEXOS PARA A CLASSE
TRABALHADORA E SUAS PARTICULARIDADES NO BRASIL.

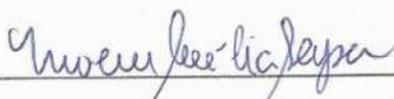
Atigo apresentado ao Departamento de
Serviço Social da Universidade Estadual
da Paraíba - UEPB, como requisito parcial
à obtenção do título de bacharel em Serviço
Social.

Área de concentração: Precarização do
Trabalho

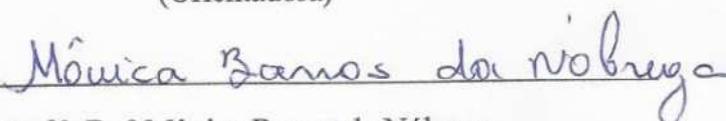
APROVADA EM: 16/03/2017

NOTA: 9,5

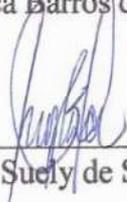
Banca examinadora:



Prof.^a Dr.^a Moema Amélia Serpa Lopes de Souza
(Orientadora)



Prof.^a Dr.^a Mônica Barros da Nóbrega



Prof.^a Dr.^a Sheyla Suely de Souza Silva

CAMPINA GRANDE- PB
2017

AGRADECIMENTOS

Em todos os momentos devemos ser gratos aos inúmeros momentos da vida. Agradecer pelas adversidades que nos fazem persistir, nos moldando e amadurecendo. Por cada vitória que nos mostra que vale a pena persistir em nossos sonhos e objetivos. Pela graça de Deus nos alcançar, nos tornando capaz.

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus, por toda proteção durante as idas e vindas ao longo desses 5 anos à Instituição; por ter me dado a capacidade de desenvolver minhas atividades acadêmicas, dando-me sempre saúde e força para enfrentar as adversidades surgidas ao longo do caminho; pela sabedoria e discernimento em cada decisão que tive que tomar. A Ti Senhor, toda honra e toda glória.

Aos meus pais, Francisco De Sales Torres e Rosália Maria Oliveira Torres, que sempre estiveram me apoiando, aconselhando e me direcionando pelo caminho da honestidade e da perseverança. Por terem me dado toda condição para estudar. Por terem feito dos meus sonhos os seus. Por terem se privado inúmeras vezes, em prol da minha vida. Essa vitória é mais de vocês do que minha.

Ao meu irmão, Hicaro Sales de Oliveira Torres, por ter sido o pivô da minha vinda à Paraíba para estudar. Por traduzir meu resumo. Por todo o suporte e apoio. Pelo amor e carinho dedicado.

Ao meu avô José Saturnino Filho, por suas palavras simples de incentivo, pelos abraços apertados e, pela confiança que esse dia chegaria.

Ao meu tio Paulo José, que sempre demonstrou carinho e amor. Por cada palavra de encorajamento, por depositar em mim a confiança de superar-me dia após dia.

À minha família em geral, pela força e carinho.

Ao meu namorado e amigo, José Raniery Rodrigues Cirne, por todo amor e compreensão de todas as horas. Pelo carinho e solidariedade inefável. Por me ajudar, me incentivar e apoiar as minhas decisões.

À minha orientadora Prof^ª. Dr^ª Moema Amélia Serpa Lopes de Souza., cujo apoio foi imprescindível para minha formação acadêmica. Por cada doação/ensinamento

compartilhado, me enriquecendo como graduanda e futura profissional. Por sua dedicação em nos formar como “seres pensantes”.

A todos os meus professores em geral. Sem vocês nada seria possível.

A todos os amigos do Grupo de Estudos e Pesquisas, em especial ao Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Proteção Social – GETRAPS, onde causou o meu interesse em aprofundar e problematizar’ a precarização do trabalho.

Às minhas colegas de pesquisa Larissa Figueiredo e Iara da Silva por todo empenho e dedicação ao longo do nosso projeto. Em especial, a Larissa Figueiredo, que me acompanhou e se fez presente em todos os trabalhos, atividades, em todos os momentos de empenho, angústia e alegrias no decorrer do curso.

À minha turma por todo companheirismo, amor e carinho ao longo dessa jornada.

À Universidade Estadual da Paraíba, como entidade de ensino responsável pela minha formação acadêmica.

Aos meus “amigos mais chegados que irmãos”, por estarem sempre do meu lado, compartilhando dos meus medos e inseguranças. Por me incentivarem e acreditarem no meu potencial.

A todos aqueles que, de forma direta ou indiretamente, colaboraram para que este trabalho conseguisse atingir os objetivos propostos.

RESUMO

TORRES, Phalloma Oliveira. **A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: seus reflexos para a classe trabalhadora e suas particularidades no Brasil.** Campina Grande - PB, UEPB, 2017. (Artigo para Graduação em Serviço Social).

Este trabalho é resultado dos estudos realizados como atividade de Iniciação Científica, realizada junto ao Grupo de Pesquisa sobre Trabalho e Proteção Social – GETRAPS, no qual tive oportunidade de participar da pesquisa “A (des) regulamentação do trabalho do assistente social: um estudo das tendências do mercado de trabalho e as evidências da precarização das relações de trabalho” como aluna de iniciação científica, nas cotas 2014/2015 e 2015/2016, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Moema Amélia Serpa Lopes de Souza. Nosso estudo procura destacar o debate do tema do Trabalho, identificando as novas configurações da precarização do trabalho e seus desdobramentos para a classe trabalhadora na realidade brasileira. Para realização desta síntese, o estudo está fundamentado no método crítico dialético, de forma a apreender a essência do objeto a ser estudado. Constitui-se num estudo bibliográfico e documental, que permitiu uma maior aproximação com o tema, revelando as evidências da atual precarização do trabalho e as formas que ela atinge, imediata e diretamente homens e mulheres, enquanto trabalhadores qualificados e não qualificados da realidade brasileira. A partir dos dados obtidos, identificamos que os baixos salários, alto grau de rotatividade, o aumento do desemprego, o crescimento do trabalho informal, o aumento do trabalho feminino e dos jovens, assim como a expansão do trabalho terceirizado, são expressões concretas da precarização contemporânea do trabalho. As reflexões advindas deste estudo adensam o debate contemporâneo acerca dos impactos e reflexos da crise contemporânea e das investidas do capital sobre o mundo do trabalho.

Palavras-chave: Crise contemporânea; Precariedade; Precarização do trabalho.

ABSTRACT

TORRES, Phalloma Oliveira. **PRECARIZATION OF WORK: its reflexes for the working class and its particularities in Brazil.** Campina Grande, UEPB, 2017. (Graduation in Social Work).

This work is a result of studies carried out as a Scientific Initiation activity, held in conjunction with the Research Group on Labor and Social Protection - GETRAPS, in which I had the opportunity to participate in the research "A (dis) regulation of the work of a Social Worker: a study of evidences of precariousness of labor relations "as a student of scientific initiation in 2014/2015 and 2015/2016, under Prof.^a Dr.^a Moema Amélia Serpa Lopes de Souza orientation. This research seeks to highlight the debate on the theme of Labor, identifying the new configurations of the precariousness of work and its unfolding for the working class in the Brazilian reality. In order to accomplish this synthesis, the study is based on the critical dialectical method, in order to apprehend the essence of the object to be studied. It is a bibliographical and documentary study, which allowed a closer approximation to the subject of study, revealing the evidence of the current precariousness of work and the forms it immediately and directly affects men and women, as skilled and unskilled workers from Brazilian reality. From the data obtained, we identified that low wages, high turnover, rising unemployment, growing informal work, increasing female and young work, as well as the expansion of outsourced work are concrete expressions of precariousness of work. The reflections arising from this study add to the contemporary debate about the impacts and reflexes of the contemporary crisis and the invested capital on the world of work.

Keywords: Contemporary crisis; Precariousness; Precarization of work.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. A CRISE CAPITALISTA E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: ALGUNS ASPECTOS FUNDAMENTAIS.	6
3. TRABALHO E PRECARIZAÇÃO: OS IMPACTOS SOBRE OS TRABALHADORES.	10
4. A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: ALGUNS DADOS QUE REVELAM AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E VIDA DOS TRABALHADORES.	16
5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES GERAIS	22
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	23

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo, discorre sobre os desdobramentos do contexto de crise estrutural do capital, assim como os impactos no mundo do Trabalho com as atuais configurações da precarização na realidade brasileira. Nosso estudo destaca as evidências e consequências que atinge a classe trabalhadora, assim como, o crescimento da flexibilização com o desmonte dos direitos trabalhistas e das desigualdades que permeiam no âmbito do trabalho no que se refere a homens, jovens e mulheres.

O interesse em problematizar a precarização do trabalho surgiu de inquietações suscitadas a partir da minha inserção no Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS), no qual tive oportunidade de participar da pesquisa “A (des) regulamentação do trabalho do assistente social: um estudo das tendências do mercado de trabalho e as evidências da precarização das relações de trabalho” como aluna de iniciação científica nas cotas 2014/2015 e 2015/2016¹.

Este estudo constitui-se num esforço de trazer a relevância dos elementos expostos para uma reflexão crítica da precarização do trabalho e suas particularidades no que se refere aos impactos para o “mundo do trabalho” no Brasil. Tal processo de aproximação e aprofundamento tem como viés a apresentação e destaque da intensificação da precarização do trabalho, partindo das profundas transformações no processo e estrutura do sistema capitalista, mediados pelos desmembramentos do atual processo da crise.

Para debater as atuais configurações da precarização do trabalho e suas evidências na realidade brasileira, optamos por procedimentos analíticos que têm como fundamento o método crítico dialético, de forma a apreender a essência do objeto a ser estudado. Como recursos metodológicos, escolhemos a pesquisa bibliográfica e a análise documental, uma vez que este tipo de estudo nos permitiu problematizar e aprofundar o conhecimento acerca da temática escolhida. Compreendemos que foram os registros teóricos que nos auxiliaram na identificação da condição de precariedade do trabalho e das atuais configurações da precarização nesse contexto da reestruturação produtiva do capital,

¹ Os projetos de Iniciação Científica do Programa Institucional de Iniciação Científica da Universidade Estadual da Paraíba (PIBIC/UEPB) estiveram atrelados ao Projeto do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS), financiados pelo CNPq, para o período de 2014/2015 e 2015/2016, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Moema Amélia Serpa Lopes de Souza, Doutora da Faculdade de Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco - (UFPE). Mestra da Faculdade de Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco - (UFPE). Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba - (UEPB).

destacando seus impactos para a classe trabalhadora, sendo necessário destacar alguns dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização das Nações Unidas (ONU) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que revelam as atuais condições de trabalho e vida dos trabalhadores no nosso país.

Este artigo está organizado em três itens que visam apresentar o tema proposto. Nesse sentido, em um primeiro momento, ressaltaremos as profundas transformações no processo e estrutura do sistema capitalista, evidenciando, antes de tudo, um processo histórico que culminou num desmonte de direitos sociais e trabalhistas. Em um segundo momento, tematizaremos a precarização e seus desdobramentos do trabalho no Brasil, assim como o processo de precarização do trabalho e a constituição do precário mundo do trabalho como traços evidentes da mundialização financeira da ordem do capital.

Por fim, o terceiro momento, para a compreensão da atual configuração da precarização do trabalho e seu desvelamento na realidade brasileira, foi utilizado dados de pesquisas feitas por instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização das Nações Unidas (ONU), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) que reforçaram o argumento da intensificação da precarização e da desigualdade do trabalho no mundo contemporâneo para homens, jovens e mulheres.

Esse estudo constitui-se num esforço de trazer elementos para uma reflexão da precarização do trabalho e suas particularidades no Brasil, buscando compreender os traços contemporâneos da precarização do trabalho, uma vez que as profundas mudanças estruturais no modo de produção capitalista interferem diretamente no mundo do trabalho. Além disto, estima-se contribuir para aprofundar o debate sobre o tema exposto bem como contribuir para o conhecimento científico, acadêmico e a sociedade de um modo geral.

2. A CRISE CAPITALISTA E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: ALGUNS ASPECTOS FUNDAMENTAIS.

A dinâmica da sociedade contemporânea apresenta profundas transformações no processo e estrutura do sistema capitalista. O atual processo da crise da ordem capitalista evidencia, antes de tudo, um processo histórico que culminou num desmonte de direitos sociais e trabalhistas.

Segundo Harvey (1994), as crises são parte integrante do capitalismo, mesmo que o sistema tenha encontrado caminhos para “superar” suas implosões regulares. A recente transição para a acumulação flexível foi acompanhada, no que se refere ao consumo, por uma mobilização de artifícios de indução de necessidades e de transformações culturais que cederam lugar à efemeridade, ao espetáculo à moda e à mercadificação de formas culturais.

A crise atual tem como diretrizes três grandes campos que são destacados por Harvey (2011), sendo estes: o esmagamento do lucro (os lucros caem porque os salários reais aumentam); a queda da taxa de lucro (mudanças tecnológicas que poupam trabalho se voltam contra o capitalista e a concorrência “ruinosa” derruba os preços); e as tradições do subconsumo (a falta de demanda efetiva e a tendência para a estagnação associadas com a monopolização excessiva).

Nesta lógica imanente do funcionamento do sistema, as crises expressam, a partir da análise de Mészáros (2002), a incontrollabilidade do capital na sua sede vampiresca por trabalho excedente, por uma produção ilimitada de mercadoria no qual a produção está voltada para o movimento de autovalorização do capital e não para a satisfação das necessidades humanas.

Ao analisar a crise estrutural do capital que vivenciamos desde meados de 1970, Mészáros (2009, p.795) afirma que sua novidade histórica se revela em quatro aspectos, quais sejam: possui um caráter universal que não se restringe a uma esfera particular; seu “alcance é verdadeiramente global”, atingindo todos os países; sua escala de tempo é “extensa, contínua”, ou melhor, é “permanente”, em contraposição a uma crise cíclica, situada num determinado período; seu “modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante”.

Sem precedentes na história do capitalismo, a atual crise impulsionou um reordenamento estrutural com intensa ofensiva no âmbito das relações sociais, implicando profundas transformações societárias. Ao capitalismo contemporâneo não há

mais fronteiras de ordem alguma, engendrou-se total internacionalização, irrompeu-se a mundialização do capital (CHESNAIS, 1996).

Com essa configuração a crise atual se reflete na acumulação flexível², que já apresenta níveis altos de desemprego “estrutural”. Nessa direção, Mészáros (2011) revela que essa crise se expressa pela corrosão do trabalho, entre a superexploração e a autoexploração, direcionando-se a uma precarização estrutural da força de trabalho em escala global. É uma crise que possui um caráter destrutivo e afeta todas as esferas da vida, produzindo “consequências desumanizadoras”, revelando contradições de um sistema de caráter antagônico, no qual quanto mais se trabalha, mais se intensifica a miséria do trabalhador.

Neste contexto, as manifestações da “questão social” se agudizam e potencializam, evidenciando-as no aumento significativo da fome, nos conflitos geracionais entre jovens e velhos, pela exploração da mulher, pelo crescente número de desemprego, dentre outras expressões tradicionais e emergentes que acarretam na redução do padrão de vida e na precarização do trabalho.

Nessa direção o desemprego em massa é a “mais grave das doenças sociais”, como destaca Mészáros (2009), sendo a mais expansiva dentro da nossa sociedade, que vem assumindo proporções amplas e devastadoras, sem que a suas dimensões e consequências geradas tenham um fim à vista. Assim, os parâmetros do desemprego agravam-se com a crise estrutural do capital, ocasionando rebatimentos sociais e econômicos sobre a classe trabalhadora, tais como: pobreza, violência, redução do padrão de vida dos trabalhadores, e com ela, a intensificação da precarização da força de trabalho.

Na análise de Chesnais (1996, apud SILVA, 2015, p.4), o “capitalismo parece ter triunfado e parece dominar todo o planeta”, destacando o que Mészáros (2009) ressalta, o capital reafirma sua incontrolabilidade.

A restauração da acumulação capitalista resultou em mudanças significativas, profundas e ofensivas em um processo de produção alicerçado em um novo modelo de produção – a acumulação flexível ou toyotismo. Com isso, intensas transformações políticas, econômicas, sociais foram empreendidas na sociedade.

² A crise também revela-se, ainda de modo específico, no desgaste do padrão taylorista-fordista de produção e na desestruturação do *Welfare State*. Este é o ambiente em que se constituem novas estratégias de controle da força de trabalho. A dinâmica do novo paradigma busca a flexibilidade das linhas de produção, utilizando os conhecimentos inovadores da informática e da eletrônica, adequando-os à instabilidade dos mercados (CARNEIRO, 2005).

Apesar da finalidade de ampliar os ganhos de produtividade na empresa e conter a crise do capital, o modelo japonês denominado de toyotismo ou ohismo, traduz uma série de técnicas organizacionais do processo produtivo. Emerge uma nova gestão empresarial e novas relações de trabalho que visam novas estratégias de subordinação do trabalho, as quais têm na subjetividade do trabalhador a centralidade da intervenção do capital. Tais estratégias se expressam nos programas de Gestão Participativa (Círculos de Controle da Qualidade e Programas de Controle da qualidade Total) em que os trabalhadores, são capacitados a interferir na gestão da empresa; são estimulados a tornarem-se líderes cujo objetivo é reduzir os conflitos fabris e o desinteresse dos operários pelo trabalho, inovando em termos de mais responsabilidades, mais participação e novos espaços para desenvolver a criatividade do trabalhador (CARNEIRO, 2005).

Segundo Carneiro (2005), a nova modalidade de produção acaba por projetar operações que passam a ser realizadas de forma exteriorizadas das fábricas. Ou seja, operações que antes eram realizadas no interior das fábricas, resguardadas pela formalização dos direitos dos contratos, agora passam a ser realizadas por trabalhadores contratados por terceiros, gerando mais uma vez, a precarização das relações de trabalho e instituindo um modelo de terceirização para a produção. Essa realidade instaura também: instabilidade dos vínculos empregatícios, salários baixos, carga horária excessiva, falta de infraestrutura para realização dos trabalhos, redução dos direitos trabalhistas, enfraquecimento sindical.

Isso tem influência direta no mercado de trabalho, com uma progressiva e crescente desregulamentação que envolve a redução do trabalho formal e o aumento do trabalho temporário, terceirizado e em tempo parcial.

O mercado de trabalho, por exemplo, passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. (HARVEY, 1992, p.143).

Esse novo quadro impõe condições de desmonte, em que é exigido aos trabalhadores um perfil autoprogramado, que possua um novo tipo de personalidade flexível e adaptável ao novo sistema de produção capitalista.

Satisfazer as necessidades com frequência muito específicas de cada empresa. Mesmo para os empregados regulares, sistemas como “nove dias corridos” ou jornadas de trabalho que têm em média quarenta horas semanais ao longo do ano, mas obrigam o empregado a trabalhar bem mais em períodos de pico de demanda, compensando com menos horas em períodos de redução da demanda, vêm se tornando muito mais comuns (HARVEY, 1992, p.144)

Diante deste panorama, é nítida a intensificação da exploração dos trabalhadores, causando de forma “mascarada” a perda dos direitos trabalhistas, assim como a perda da consciência de classe, o decréscimo do número de sindicalizados e do exercício de greve, tendendo à fragilidade dos mesmos e favorecendo o propósito da flexibilização dos direitos conquistados.

Conforme Antunes (2010), novas formas de organização do trabalho e da produção foram necessárias, sustentados em um ofensivo movimento de fragmentação, heterogeneização e complexificação da classe trabalhadora. As mudanças no “mundo do trabalho” assumem na contemporaneidade patamares de ofensiva destituição dos direitos do trabalho, historicamente, conquistados, os quais são “substituídos e eliminados do mundo da produção” (ANTUNES, 2010, p. 34); o autor destaca que:

Nessa fase de mundialização do capital, caracterizada pelo desemprego estrutural, pela redução e precarização das condições de trabalho, evidencia-se a existência de uma materialidade adversa aos trabalhadores, um solo social que constrange ainda mais o afloramento de uma subjetividade autêntica, ou seja, de uma subjetividade para-si. (ANTUNES; ALVES, p.349, 2004)

Nesse processo, pode-se constatar uma perda significativa de direitos/sentidos permeados no mundo do trabalho, assim como a expansão na esfera da produção societal, gerando um consumo de mercadorias, materiais ou imateriais estruturado pelo capital, que repercute ainda mais na precarização na vida desses trabalhadores.

Do ponto de vista social, Netto (2006) atesta que os crescimentos da pobreza, do desemprego e da desigualdade, ao lado de uma enorme concentração de renda e riqueza no mundo, fazem o panorama de meados dos anos de 1990, especialmente no Brasil, no qual ocorreu o processo de desmonte do Estado e a restrição de suas ações, atingindo as políticas sociais, que passaram a ser organizadas sob uma lógica do capital financeiro.

Neste momento, engendrou-se um forte processo de refuncionalização do papel do Estado, sob a justificativa emblemática de enfrentamento à crise fiscal. Nesse período, empreendeu-se um processo de desmonte e flexibilização dos direitos sociais, bem como

foram empreendidas privatizações dos âmbitos públicos (estatais) em prol da lógica do mercado, o qual passou a ser exaltado frente às necessidades sociais. (SILVA, 2015).

Na análise de Silva (2015), dentro dessa lógica, o Estado é propagado como ineficiente, burocrático e inoperante. Ou seja, as reformas implementadas foram dirigidas para a legitimação do mercado como instância suprema, sabotando a perspectiva da universalidade somente possível via Estado. E, de outro lado, emergiu uma funcional ideologia acerca do papel da sociedade civil aos ajustes estruturais, em face da desresponsabilização estatal. Em um processo de desmonte e flexibilização dos direitos sociais, acompanhado com as privatizações dos âmbitos públicos, Silva (2011, p.12) acrescenta que:

O processo de contrarreforma do Estado vem acompanhado de uma série de privatizações do setor público estratégico. Além disso, uma das principais consequências da financeirização para as políticas sociais tem sido a captura do fundo público para a alimentação direta do capital que porta juros, na qual o papel da dívida pública tem sido central.

Em síntese, enquanto o lucro é privatizado a crise é socializada, juntamente com governos que passam a exigir cada vez mais uma redução drástica de salários, do desmonte da legislação social protetora do trabalho, uma “reforma” ainda mais redutora e privatizante da previdência, ampliando a destruição dos direitos sociais que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora ao longo dos anos. É diante desse viés que podemos presenciar uma nova era de degradação estrutural do trabalho e da luta de classes.

3. TRABALHO E PRECARIZAÇÃO: OS IMPACTOS SOBRE OS TRABALHADORES.

Na realidade contemporânea, o processo de precarização do trabalho e a constituição do precário mundo do trabalho são traços evidentes da mundialização financeira da ordem do capital. Conforme Alves (2007), esse sócio-metabolismo do capital nos permite uma nova visão do trabalho e vida, sustentados na volatilidade, efemeridade e descartabilidade sem limites do homem, desencadeando um crescimento desenfreado das transformações nefastas para a classe trabalhadora nas últimas décadas.

A precarização do trabalho tem sido analisada na perspectiva crítica, buscando destacar seu crescimento, seus desdobramentos e alterações no mercado de trabalho, evidenciados pelo crescimento da informalidade com as formas flexíveis de contratação

e do desemprego em determinados setores e ocupações. Pochmann (2001) destaca, por exemplo, que a terceirização e a flexibilização da economia vêm causando fortes impactos no mercado de trabalho em todo o Brasil. Segundo o autor, é notório a presença simultânea e combinada do desemprego aberto em larga escala, do desassalariamento e da ampliação de postos de trabalho precários.

É importante salientar que, além da redução dos postos de trabalho e do aumento do desemprego, as possibilidades de absorção pelo mercado de trabalho, por meio de empregos assalariados regulamentados diminuem e aumentam as possibilidades de inserções em posições mais precárias. Para Cardoso, Comin e Guimarães (2001), o emprego com registro em carteira, que predominava na indústria, é, na maior parte das vezes, substituído por ocupações autônomas ou temporárias caracterizadas por maior instabilidade.

Em concordância, Antunes (1995) nos lembra que, apesar de sempre ter havido trabalho precário no capitalismo, a precariedade se “metamorfoseou”, pois passou a ter um lugar estratégico na lógica de dominação capitalista; ou seja, deixou de ser algo periférico ou residual, para se institucionalizar em todo o mundo.

No entanto, é importante destacar a distinção entre Precariedade e Precarização, que, na interpretação de Alves (2007), exige compreender os reflexos do trabalho a partir de sua centralidade na vida social. Na análise de Alves (2007), a *Precariedade* remete a uma condição de instabilidade e insegurança de vida e de trabalho. É uma condição fundamental (e fundante) do modo de produção capitalista, tendo em vista, que não existiria sociedade capitalista sem a exploração da força de trabalho como mercadoria, pela extração de mais-valia e a acumulação de capital. A produção de mais-valia é o cerne essencial do sistema capitalista. O principal modo de desvalorização do trabalho vivo é “produzi-lo” em excesso como força de trabalho, ou seja, como mercadoria disponível para o consumo capitalista. Desde que a força de trabalho se constitui como mercadoria, o trabalho vivo carrega o estigma da *precariedade* social (ALVES, 2007, p.98).

Alves (2007) ainda contribui destacando que se a precariedade é uma *condição*, a precarização é um *processo* que possui uma irremediável dimensão histórica determinada pela luta de classes e pela correlação de forças políticas entre capital e trabalho. Ou seja, a *precarização* do trabalho é um processo marcado pela diluição (ou supressão) dos obstáculos constituídos pela luta de classe no decorrer do século XX. A *precarização* possui um sentido de *perda de direitos* acumulados no decorrer de anos

pelas mais diversas categorias de assalariados. A *precarização* é a síntese concreta da luta de classes e da correlação de forças políticas entre capital e trabalho (p.114). Alves (2007) ainda destaca, que:

A *precarização* possui um significado concreto: ela atinge o *núcleo organizado* do mundo do trabalho que conseguiu instituir, a partir da luta política e social de classe, alguma forma de controle sobre suas condições de existência através de mediações jurídico-políticas. Ela atinge, portanto, a base social e política do movimento socialista que se constituiu no século XX. A *precarização* atinge os proletários sujeitos de direitos e que hoje são vítimas da “flexibilização do trabalho”, sendo usurpados pelo poder das coisas ou pelas leis de mercado. A *precarização* é um atributo modal da *precariedade*. (ALVES, 2007, p. 115)

Percebemos que, enquanto existir a *precariedade*, ainda haverá possibilidades objetivas da *precarização*, a qual pode assumir dimensões ainda mais amplas da desconstrução das conquistas da classe trabalhadora. A *precarização não* apenas desvela uma condição da força de trabalho como mercadoria para os trabalhadores, mas explicita novos modos de alienação/estranhamento e fetichismo da mercadoria no mundo social do capital (2007, p.115). Alves (2007), enfatiza que, ao aparecer sob a forma de flexibilização do trabalho, o processo de precarização do trabalho:

Impõe-se não apenas por meio da perda de direitos e do aumento da exploração da força de trabalho, por meio do alto grau de extração de sobretabalho de contingentes operários e empregados da produção social. A precarização do trabalho se explicita por meio através do crescente contingente de trabalhadores desempregados supérfluos à produção do capital (ALVES, 2007, p. 126)

Em suas discussões, Marx (2001) apontou para a lógica que move a utilização do trabalho precário. Segundo ele, a aplicação capitalista da maquinaria produz um excedente de trabalhadores dispostos a aceitar condições de trabalho inferiorizadas:

Originalmente, o trabalhador vendeu sua força de trabalho ao capital por lhe faltarem os meios materiais para produzir uma mercadoria. Agora sua força de trabalho não funciona se não estiver vendida ao capital. Ela só opera dentro de uma conexão que só existe da venda, no interior da oficina do capitalista (2001, p.416).

O trabalhador passa a ser refém da sua própria força de trabalho, sendo necessário vendê-la, dando continuidade à circulação do capital que extrai do trabalhador, de forma

incansável o lucro, e busca de forma incessante novas formas de aumentar os seus ganhos, revolucionando, fragmentando e criando uma insegurança perpétua. (MARCELINO, 2004).

A precarização está presente desde as origens do capitalismo, porém, com o decorrer do desenvolvimento histórico do capitalismo, ela foi se transformando. Nas últimas três décadas, de forma mais acentuada, adquiriu novos contornos, expandindo-se. Instaurou-se, assim, um processo mundial de precarização vivido também pelos países desenvolvidos. A questão basilar é que a precarização tornou-se central nessa fase do desenvolvimento capitalista, generalizando-se por “toda parte” (DRUCK, 2013).

A nova precarização social do trabalho, afirmada por Druck (2013), estabelece-se de forma econômica, social e política, estando presente através de um artifício que institucionaliza a flexibilização e a precarização modernas do trabalho, restaurando e reconfigurando a precarização histórica e estrutural do Brasil. Ela está presente tanto nos domínios mais dinâmicos e modernos do país, nas indústrias de ponta e nos modos mais habituais de trabalho informal, autônomo e rural; na vida dos trabalhadores mais qualificados, assim como nos menos qualificados. Tal precarização instaura-se como um processo social que desestabiliza as relações de trabalho e, logo, afeta todos os sujeitos que vivem do trabalho, ocasionando perdas quanto aos direitos, à saúde e à própria vida.

Antunes (1995) afirma que a precarização, resultante do capitalismo contemporâneo, provocou a desproletarização do trabalho industrial fabril, ou seja, a diminuição da classe operária industrial tradicional, gerando o aparecimento de três processos, aparentemente contraditórios, embora complementares: a expansão do assalariamento com a expansão do setor de serviços, a heterogeneização da classe trabalhadora e a subproletarização, que é visível na expansão do trabalho parcial, temporário, subcontratado, informal e terceirizado. Com isso, instala-se um processo de heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora na qual são individualizadas as relações salariais e é dificultada a organização dos trabalhadores.

Fica evidente, que ao mesmo tempo em que o capital impulsiona a qualificação da minoria de seus trabalhadores estáveis, com a polivalência e a multifuncionalidade; do outro lado, impulsiona a desqualificação da maioria dos trabalhadores. É exigido uma nova característica dos trabalhadores, um tipo de trabalhador que busque diariamente se enquadrar aos objetivos empresariais de gestão da força de trabalho para o aumento da produtividade.

No entanto, o processo da precarização do trabalho não se aplica de forma homogênea a todos os setores da classe trabalhadora. Embora o processo seja degradante para todos, ele o é ainda mais penoso para as mulheres. A incorporação feminina no mundo do trabalho se deu, e ainda é, de forma desigual, precarizada com maior intensidade.

Na divisão sexual do trabalho, operada pelo capital dentro do espaço fabril, geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e muitas vezes fundadas em trabalho intensivo, são destinadas às mulheres trabalhadoras (ANTUNES, 1999, p.106).

A inserção da mulher na indústria resultou em uma divisão do valor da força de trabalho por toda a família. O capital passa a usar essa divisão sexual do trabalho para precarizar ainda mais as condições de trabalho e incentivar a competição entre os trabalhadores, rebaixando os salários em decorrência do ingresso da força de trabalho feminino, incorporada à classe trabalhadora. Com a incorporação do trabalho feminino, percebemos que, em comparação ao trabalho masculino, as mulheres têm seus salários ainda mais reduzidos, sua força de trabalho ainda mais explorada e intensificada. (ANTUNES; SILVA, 2010)

Vale destacar que essa inserção no mercado vem impulsionando a sua participação na luta de classe, na organização política, a qual acentua-se no enfrentamento ao discurso machista/conservador. No entanto, podemos afirmar que o capital utilizou-se da busca das mulheres pela sua emancipação impondo-lhes uma ampla exploração da força de trabalho, intensificando ainda mais a jornada de trabalho, o trabalho terceirizado e precarizado.

Esse cenário de trabalho precarizado e desregulamentado tem absorvido uma significativa parcela do trabalho feminino, como mão de obra barata, ocupando funções de menor qualificação e inseridas nos espaços marcados pela informalidade; sem mencionar que as mulheres exercem uma dupla jornada de trabalho – trabalhando dentro e fora de casa. Depreende-se, então, que o capital incorpora o trabalho feminino de forma desigual e a inserção das mulheres no mundo do trabalho como uma conquista é convertida num instrumento de desigualdade entre os sexos. Segundo as análises de Harvey (2008) sobre a situação das mulheres nesse contexto de flexibilização,

As novas estruturas de mercado de trabalho facilitam muito a exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, substituindo trabalhadores homens melhor remunerados e mais difíceis de serem admitidos, pelo trabalho feminino mal pago. (HARVEY apud CARLOTO, 2008).

O processo de acumulação flexível, associado às inovações tecnológicas, configura um cenário diferenciado para a inserção de homens e mulheres no mundo do trabalho, isto é, as condições de trabalho se apresentam de forma distinta para os sexos, causando uma redução no atendimento das necessidades do trabalhador que será ainda mais submetido à flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho. (NASCIMENTO, 2014).

Verifica-se, então, que a atual conjuntura do trabalho no Brasil caracteriza-se por uma violenta e ofensividade do capital contra a classe trabalhadora. Período caracterizado pelas relações de trabalho flexibilizantes e precárias, que contém uma característica individualizante, informal, terceirizado, e mercadorizada do trabalho informacional. Criaram-se novas formas de trabalho, frágeis de direitos e garantias sociais, abandonando o conceito de trabalho estável por tempo indeterminado (ALVES, 2007).

São perceptíveis os desdobramentos desse atual ordenamento sobre o trabalho, determinando um processo amplo de desregulamentações, tendo a precarização do trabalho como um dos aspectos determinantes da fragmentação do proletariado, na tentativa do esvaziamento e enfraquecimento da luta de classes ensejada pelo capital, que, em meio a um processo de reestruturação produtiva, enfatiza as investidas constantes contra as conquistas dos trabalhadores. Essa nova expressão da precarização se reflete no aumento da jornada de trabalho, na desregulamentação das leis trabalhistas, dos contratos de trabalho e na contratação da diversificação da terceirização, principalmente.

4. A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: ALGUNS DADOS QUE REVELAM AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E VIDA DOS TRABALHADORES.

De acordo com Druck (2012), é importante destacar que, no Brasil, a precarização do trabalho se conjuga em um fenômeno ao mesmo tempo velho e novo, cujas fundamentais características, modalidades e dimensões assinalam para um processo de precarização social novo que se ampliou nas décadas de 1990 e 2000. Segundo a autora, a nova configuração da precarização social do trabalho assume formas mais modernas, restaurando e reconfigurando a precarização histórica e estrutural do Brasil.

Segundo Jordão e Stampa (2015), a precarização do trabalho no Brasil é generalizada, estando presente nas regiões mais desenvolvidas do país, como São Paulo, e também nas tradicionalmente destacadas pela precariedade, como a Bahia. No entanto, é necessário lembrarmos que tal precarização instaura-se como um processo social que visa desestabilizar as relações de trabalho e, logo, afeta todos os sujeitos que vivem do trabalho, sendo eles, homens, mulheres, jovens; resultando em perdas quanto aos direitos, à saúde, e à própria vida.

Franco e Druck (2009) destacam que o primeiro tipo da precarização do trabalho está relacionado com a vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais, na qual as formas de mercantilização da força de trabalho produziram um mercado de trabalho heterogêneo, segmentado, marcado por uma vulnerabilidade estrutural e com formas de inserção (contratos) precários, sem proteção social, cujas formas de ocupação e o desemprego ainda revelam, em 2009, um alto grau de precarização social.

No Brasil, por exemplo, o desmonte dos direitos trabalhistas vem ampliando-se cotidianamente, bem como é crescente a taxa de desemprego, que segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, ficou em 11,2% no trimestre encerrado em maio de 2016. Ela é superior aos 10,2% de fevereiro e aos 8,1% do trimestre encerrado em maio de 2015, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo as pesquisas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), calcula-se que o número de desempregados, no período de 2007 a 2009, seria de 210 a 239 milhões de pessoas, o que corresponde a uma taxa de desemprego mundial entre 6,5% e 7,4%. Ainda segundo a OIT (2016), na pesquisa intitulada “Perspectivas Sociais e do Emprego no Mundo: Tendências 2016”, os índices de desemprego tendem a crescer ainda mais, destacando que, até o final do ano de 2016, haveria quase 200 milhões de desempregados no mundo.

Segundo as próprias estatísticas da OIT (2016), o ano de 2015 acabou com 197,1 milhões de pessoas sem trabalho, 27 milhões a mais que antes da crise de 2007. Os economistas da OIT preveem que, em 2016, outros 2,3 milhões de trabalhadores se transformem em desempregados, o que elevaria a um total de a 199,4 milhões de trabalhadores parados.

Os dados apresentados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada -IPEA (2015), demonstram que só nos primeiros quatro meses de 2015 foram destruídos, aproximadamente, 163 mil postos de trabalho formais. Além disso, segundo o IBGE (2015), o desemprego subiu 6,7% nas regiões metropolitanas³, o que revela um traço da precarização do trabalho, através do desemprego estrutural, e revela também a atual precariedade salarial dos trabalhadores do país, envolvidos pela insegurança acerca da sua permanência ao vínculo trabalhista, tendo o desemprego como ameaça constante em seu dia a dia. Com o desemprego, os trabalhadores passaram a conviver com o medo, a angústia e a ansiedade. O medo da instabilidade, do descarte, de fazer parte do número crescente do exército industrial de reserva.

Para Druck (2013), a descartabilidade das pessoas, a insegurança e a desvalorização que os novos “vínculos” empregatícios impõem, aprofundam o processo de coisificação do homem e levam à banalização da injustiça social e à corrosão do caráter. O capital passa então, a fragilizar o trabalhador, pois o desemprego se torna cada vez mais de longa duração, deixando de ser provisório e passando a ser uma condição de longo prazo ou até mesmo permanente (DRUCK, 2013).

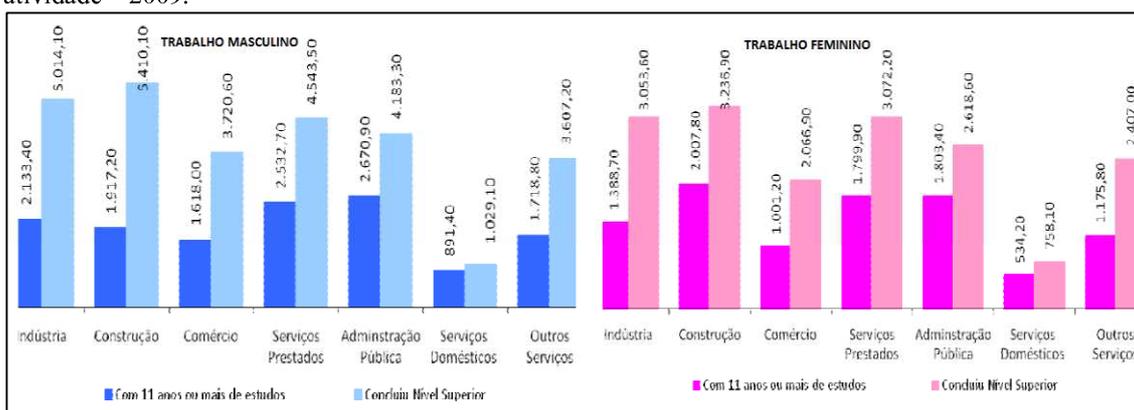
Diante do exposto, os inseridos na divisão social do trabalho capitalista, ou seja, essa gama de trabalhadores informais acaba por contribuir para a intensificação da desregulamentação dos seus próprios direitos trabalhistas, tendo em vista que os próprios contribuem para a efetivação, a circulação e consumo das mercadorias produzidas pelas empresas capitalistas. Com a inserção cada vez mais intensificada do trabalho informal e da precariedade, o que se caracteriza para o mercado de trabalho e a venda da força de trabalho é um retorno de renda muito baixa, além de não garantir o acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos, como aposentadoria, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, auxílio-doença, licença-maternidade; se ficarem doentes, esses trabalhadores são forçados a parar de trabalhar, perdendo integralmente sua fonte de renda (JORDÃO, STAMPA, 2015).

³A pesquisa abrangeu seis regiões metropolitanas do país: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre (IBGE, 2015).

A pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE (2012), demonstra o crescimento da flexibilização do trabalho de forma significativa na década de 2000, compreendendo 65,4% das relações de trabalho estabelecidas no mercado brasileiro, no qual o emprego terceirizado ganha destaque, tendo em vista que, no final de 2010, tivemos um acréscimo de 35 mil contratos firmados por meio da terceirização, o que representa uma tendência do alargamento deste tipo de contratação e um aumento nos meios da informalidade, no qual os trabalhadores estão sujeitos à intensificação, à variabilidade de ocupações, e à necessidade constante de adaptações a novos contextos e trabalhos.

No que diz respeito à remuneração por nível de escolaridade, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE (2010), realizada no ano de 2009, destaca que a diferença entre os rendimentos persiste entre homens e mulheres, como destaca o gráfico 1. Tanto para as pessoas que possuíam 11 anos ou mais de estudo quanto para as que tinham curso superior completo, os rendimentos da população masculina eram superiores aos da feminina. Verificou-se nas pesquisas, que nos diversos campos de atividade econômica, a graduação superior não aproxima os rendimentos recebidos por homens e mulheres, pelo contrário, a diferença acentua-se. No caso do Comércio, por exemplo, a diferença de rendimentos para a escolaridade de 11 anos ou mais de estudo é de R\$ 616,80 a mais para os homens. Quando a comparação é feita para o nível superior, ela é de R\$ 1.653,70 para eles (IBGE, 2010).

Gráfico 1: Rendimento médio habitual da população, por escolaridade, segundo grupamentos de atividade – 2009.



Fonte: (IBGE, 2010).

Segundo os dados do IBGE (2012), o percentual do trabalho feminino com carteira de trabalho assinada era inferior quando comparado ao trabalho masculino, o que demonstra a incorporação do trabalho feminino de forma desigual. Os resultados mostraram que dentre as mulheres ocupadas na indústria, nos serviços domésticos e nos

outros serviços, a posse da carteira de trabalho assinada era inferior à verificada entre os homens. No caso da **indústria**, a diferença, em 2003, era de 17,0 pontos percentuais (49,7% mulheres e 66,7% homens); em 2011, foi de 19,7 pontos percentuais (57,1% mulheres e 75,0% homens). Em 2011, das mulheres ocupadas nos **outros serviços**, 45,3% tinham carteira assinada, dentre os homens, esse percentual foi de 54,8%. Ressalta-se que no campo dos **serviços domésticos**, grupamento no qual as mulheres representavam 95,1% do contingente, apenas 36,6% delas tinham carteira assinada, o menor percentual de mulheres com posse de carteira assinada. Já no que diz respeito ao Comércio, aos Serviços Prestados, à Administração Pública e Construção, percebemos uma diferença superior de carteira assinada quando comparados ao trabalho masculino (IBGE, 2012).

Percebemos, então, que o processo de acumulação flexível, associado às inovações tecnológicas, configura diferenciação na inserção de homens e mulheres no mundo do trabalho, ou seja, as condições de trabalho se apresentam de forma distinta para os sexos, no qual o trabalho feminino passa a ser caracterizado como desqualificado em comparação aos processos de trabalho em que se emprega alta tecnologia, já que a especialização flexível foi construída a partir da figura de trabalhador qualificado e polivalente, reservada ao homem (NASCIMENTO, 2014). As mulheres ocupam e continuam a ocupar postos de trabalho periféricos e secundários, enquanto que os homens continuam a efetuar as tarefas de maior prestígio e remuneração.

Outro fator que corrobora com a afirmação sobre a incidência perceptível da diferenciação e distinção das desigualdades de gênero construídas de forma social e cultural, configurando as identidades de masculino e feminino, são os resultados por parte da pesquisa do IBGE. Segundo IBGE (2012), acerca do rendimento/remuneração médio do trabalho das mulheres quando comparado ao dos homens, no ano de 2011, a remuneração em média das mulheres era de R\$ 1.343,81, 72,3% do que recebiam os homens (R\$ 1.857,63). Esses valores indicam uma evolução no rendimento em relação ao ano de 2003, quando a remuneração média das mulheres foi de R\$ 1.076,04. Entretanto, pelo que a pesquisa destaca, pelo terceiro ano consecutivo o rendimento feminino mantém a mesma proporção (72,3%) em relação ao rendimento dos homens, em 2003, as mulheres recebiam 70,8% do que recebia, em média, um homem. Ou seja, mesmo com o aumento do rendimento do trabalho das mulheres (24,9%), entre 2003 e 2011 quando comparados com o trabalho masculino (22,3%), ainda se mantém a disparidade da remuneração (IBGE, 2012).

Nesse novo mundo da *precariedade* salarial e da precarização, não só as mulheres sofrem com a flexibilidade, instabilidade e precarização do mundo do trabalho assalariado empregado, do setor formal e informal, mas os jovens também acabam sendo vítimas das estratégias do capital, tendo em vista que os jovens constituem uma parcela significativa da população trabalhadora e, com seu trabalho, dão uma importante contribuição para o desenvolvimento econômico e social do país (DIEESE, 2012).

O desemprego entre os jovens aparece de forma significativamente maior e, quando comparado com o resto da população economicamente ativa (PEA⁴), percebe-se seu crescimento. Isso desmistifica a ideia de que programas de qualificação e reprofissionalização, como o “Jovem Aprendiz”, voltados para os jovens reduzem o número de jovens em situação de desemprego.

Segundo Pochmann (2004), o desemprego de jovens de baixa renda é bem maior, a saber, 26,2% (justamente a população alvo atendida pelos programas de formação profissional do MTE), enquanto o desemprego dos jovens de renda elevada é de 11,6%. Ademais, é verificado também que, dos jovens que são de famílias de baixa renda, a maioria trabalha em regime de contrato informal.

Pochmann (2004) destaca que, dos jovens que são assalariados, a maior parte veio de famílias com alta renda e a maioria dos jovens de famílias de baixa renda é excluída dos benefícios da legislação social e trabalhista, por estarem vinculados ao trabalho informal.

Segundo dados do IBGE (apud Pochmann, 2004, p.385), no século XXI, a participação relativa do segmento etário de 15 a 24 anos no total da população economicamente ativa é de 25%, embora o jovem responda por 50% do desemprego nacional. De acordo com os dados, a maior característica do desemprego do jovem se dá por não conseguir se inserir no mercado de trabalho formal, com a justificativa de falta de escolaridade, e quando dispõe de escolaridade, a justificativa se dá pela pouca experiência. Assim, acaba estacionado no mercado informal, como uma forma de não ficar sem trabalho e ganhar experiência, o chamado primeiro emprego.

Segundo os dados da OIT (2009), sobre o “Trabalho decente e juventude: políticas para a ação”, que compara dados entre os anos 2005 e 2011, ao final deste período, o desemprego juvenil chegou a 13,9%. Ainda que a taxa tenha baixado em 16,4% em

⁴ População Economicamente Ativa (PEA): é um conceito elaborado para designar a população que está inserida no mercado de trabalho ou que, de certa forma, está procurando se inserir nele para exercer algum tipo de atividade remunerada.

relação a 2005, os trabalhadores de 15 a 24 anos continuam enfrentando dificuldades para encontrar um emprego e, mais ainda, um emprego de qualidade. A taxa de desemprego juvenil continua sendo o dobro da taxa geral e o triplo da dos adultos. Além disso, os jovens representam 43% do total dos desempregados no mundo (OIT, 2009).

Diante dessas perspectivas, os Jovens vêm sofrendo cada vez mais com um processo de adoecimento à discussão sobre as dúvidas e as dificuldades acerca do trabalho e do seu lado profissional em um tempo em que as queixas sobre a dificuldade da inserção do mercado de trabalho, do desemprego e da ameaça de perdê-lo geram entre eles rebatimentos como ansiedade e depressão, podendo chegar ao suicídio.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2012, mais de 800 mil pessoas morrem por suicídio todos os anos no mundo, sendo a segunda principal causa de morte entre jovens com idade entre 15 e 29 anos, tendo em torno 75% dos suicídios que ocorrem em países de baixa e média renda.

Percebemos então, que diante dessa nova configuração do âmbito do trabalho com a precarização, a depressão entre os jovens tem se tornado o “mal do século”, gerados pela ansiedade, o medo e os desgastes – físicos ou mentais - que se acumulam entre os trabalhadores diante da desesperança e do desespero da procura de um trabalho promissor.

Tais resultados explicitam a elevada precariedade em que os trabalhadores se encontram expostos, o que se manifesta no limitado acesso aos direitos e benefícios previstos em lei. Alves (2007) destaca que, embora a *nova precariedade* seja mais visível nos estratos do setor informal, ela aparece, sob múltiplas formas, nos estratos formais do mercado de trabalho, seja através das perdas de direitos e benefícios trabalhistas, muitos deles por conta das novas formas de flexibilização do estatuto salarial ou, ainda, da intensificação e extensão da jornada de trabalho, com as horas-extras não-pagas; seja através da vulnerabilidade às demissões e nas reduzidas possibilidades de uma melhor qualidade de vida, insegurança no emprego e da carreira. Hoje, o trabalhador se depara com as incertezas e inseguranças no âmbito do trabalho (ALVES, 2007).

O Brasil vem retratando uma realidade a partir do desmonte da nossa legislação trabalhista, que passa a anular ou restringir importantes direitos da classe trabalhadora. Diante disso, percebemos que estamos frente a uma progressiva ofensiva do capital que fomenta o empobrecimento, a precariedade e a desigualdade social.

5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Diante do exposto do presente artigo, percebe-se a necessidade da reflexão crítica da precarização do trabalho e suas particularidades no que se refere aos impactos para o “mundo do trabalho”, assim como as configurações da precarização do trabalho e suas evidências na realidade do nosso país.

Percebemos então, que a flexibilização cresceu em torno de 65,4% das relações de trabalho terceirizados no mercado brasileiro na década de 2000, favorecendo ainda mais à informalidade nos vínculos empregatícios e o crescimento desenfreado da desigualdade entre homens, jovens, mulheres e trabalhadores qualificados e não qualificados, resultando numa grande diversidade de questões e interesses por meio do capital frente a classe trabalhadora.

Diante disto, destacamos que a precarização sempre esteve inserida no âmbito do trabalho, no entanto, não se aplica de forma homogênea a todos os trabalhadores. Percebemos que o trabalho feminino quando comparado ao trabalho masculino, evidencia a desigualdade e a precarização de forma mais intensificada, passando a ocupar funções de menor qualificação, estando elas, inseridas em trabalhos marcados pela informalidade e com uma disparidade salarial significativa referente ao valor real que o homem recebe.

O capital tem encontrado meios para impor sobre os trabalhadores uma ampla exploração, atingindo também, os jovens; que muitas vezes são obrigados a se inserirem em trabalhos informais – o primeiro emprego – para se obter experiência no mercado de trabalho.

Diante da nova configuração da realidade da classe trabalhadora, o conjunto de modificações na esfera produtiva incide sobre a vida do trabalhador, instaurando a precarização como um processo social que desestabiliza as relações de trabalho, assim como afeta os sujeitos que vivem do trabalho. O trabalho passa a ser sustentado pela votalidade, efemeridade e descartabilidade do homem.

No entanto, ponderamos que, mesmo diante de um governo que deixa tantas lacunas no que se refere ao trabalhador, é possível lutar para transformar esta realidade marcada pelas desigualdades, numa sociedade mais justa e democrática. E isto no sentido de construção de outra ordem, orientada por uma nova sociabilidade na qual todos os sujeitos possam, de fato, exercer seus direitos de cidadania, em contraposição às árduas condições de vida que são postas para os trabalhadores.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2ª edição – Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ANTUNES, R. L. C. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo trabalho**. – 16ª ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

ANTUNES, R; ALVES, G. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em < <http://www.cedes.unicamp.br> >. Acesso em 15 Nov. 2016.

CARDOSO, A. M.; COMIN, A. A.; GUIMARÃES, N. A. **Os deserdados da indústria: reestruturação produtiva e trajetórias intersetoriais de trabalhadores demitidos da indústria brasileira**. Revista Latinoamericana de Estudios Del Trabajo, Buenos Aires, nº 13, p. 17-51, 2001.

CARLOTO, C. M. **Gênero, reestruturação produtiva e trabalho feminino**. Serviço Social em Revista, Londrina, vol 4, n 2. Disponível em: < www.ssrevista.uel.br/c_v4n2_carlotto.htm > Acessado em: 30 de Nov. 2016.

CARNEIRO, R. **Estratégias de Controle da Produção Capitalista: considerações teóricas**. II Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, MA, 2005.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. Tradução: Silvana Finzi Foá. – São Paulo: Xamã, 1996

DIEESE. **A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. -- São Paulo: DIEESE, 2012.

DRUCK, G. **A precarização social do trabalho no Brasil: alguns indicadores**. In: *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

DRUCK, G. **A metamorfose da precarização social do trabalho no Brasil**. *Margem Esquerda*: ensaios marxistas, n. 18. São Paulo: Boitempo, junho de 2012

HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo** / David Harvey ; tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP : Boitempo , 2011.

IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego – PME: Mulher no mercado de trabalho.** 2010. Disponível em:<
https://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp.pdf>. Acessado em : 08 de Dez. 2016.

IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego – PME: Mulher no mercado de trabalho.** 2012. Disponível em: <
https://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf> Acessado em: 08 de Dez. 2016

IPEA. **Análise da Dinâmica do Emprego Setorial de 2014 a 2015.** 2016. Disponível em:
<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6526/1/Nota_n23_Analise_dinamica.pdf>
> Acessado em: 07 de Fev de 2017.

JORDÃO, A. P.F; STAMPA, I, T. **Precarização e Informalidade no “Mundo do Trabalho” no Brasil:** notas para reflexão. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. Maranhão – MA.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. 1, t. 1 e 2. (Os Economistas).

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital. Rumo a uma Teoria da Transição.** Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo e Editora da UNICAMP, 2002.

MARCELINO, P. R. P. **A logística da precarização: terceirização e trabalho na Honda do Brasil.** Expressão Popular. 1 ed. São Paulo, 2004.

NASCIMENTO, S. D. **Precarização do trabalho feminino: a realidade das mulheres no mundo do trabalho.** 2014.

NETTO, José Paulo; Braz, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica.** Editora Cortez, 2006

OIT. **Desemprego e informalidade afetam os jovens na América Latina.** 2014. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/content/desemprego-e-informalidade-afetam-os-jovens-na-america-latina>. Acessado em: 08 de Dez. 2016.

OIT. **Perspectivas Sociais e do Emprego no Mundo: Tendências 2016.** Disponível em :< <http://www.cite.gov.pt/pt/destaques/noticia479.html> > Acessado em : 08 de Dez. 2016.

OIT. **Trabalho decente e juventude no Brasil. [Brasília]: Organização Internacional do Trabalho.** 2009. 220p.

ONUBR. **OMS: suicídio é responsável por uma morte a cada 40 segundos no mundo. 2012. Disponível em:** < <https://nacoesunidas.org/oms-suicidio-e-responsavel-por-uma-morte-a-cada-40-segundos-no-mundo/> >. **Acessado em: 22 de Mar de 2017.**

POCHMAN, M. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu.** São Paulo: Boitempo, 2001.

POCHMANN, M. **Educação e Trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa?** Educação e Sociedade. Campinas, v.25, n.87, p.383-399, maio/ago.2004. Disponível em: www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 8 Dez. 2016

SILVA, O. C. **Crise do capital e Contrarreforma do Estado:** as inflexões nas Políticas Sociais. Rio Grande do Norte –RN, 2015.